

Relações com Investidores

Partes Relacionadas

*Márcio Veríssimo**

Os negócios entre uma companhia e suas partes relacionadas são sempre vistos com alguma desconfiança por investidores e, não raro, eles possuem uma boa dose de razão.

Por outro lado, muitas companhias possuem razões absolutamente justificáveis para os negócios entre companhias de um mesmo grupo, até mesmo devido a importantes sinergias entre essas operações.

Um bom exemplo é a CCR, companhia que opera concessões rodoviárias e possui algumas das mais importantes empreiteiras brasileiras como acionistas. Naturalmente, essas empreiteiras são as responsáveis por muitas das obras realizadas pela CCR, afinal, elas possuem um expertise significativo nesse segmento e não faria sentido econômico para o grupo simplesmente excluí-las.

Como fazer para não perder as sinergias entre as partes de um grupo econômico e, ao mesmo tempo, transmitir segurança aos investidores de que eles não estão sendo prejudicados por essas transações?

Primeiramente, o lugar comum: a transparência dessas informações. Se essas informações não forem detalhadamente explicadas, o assunto sempre será visto com ceticismo.

Podemos dividir os negócios com partes relacionadas em 2 grandes grupos detalhados a seguir.

O primeiro são relacionamentos puramente financeiros, ou seja, empréstimos entre as partes. É natural, por exemplo, que uma companhia multinacional com acesso a linhas de financiamento muito mais baratas prefira financiar uma companhia local na qual ela possui participação do que buscar crédito muito mais caro no

mercado local.

Nesse caso, é muito fácil analisar esses dados, uma vez que o mercado de dívida possui padrões bem estabelecidos de níveis de taxas de juros. Se os empréstimos estiverem em linha com o mercado e os dados forem claramente apresentados, não há razão para discussões quanto a isso.

O outro tipo de relações entre partes relacionadas são aquelas que envolvem as operações em si, como fornecimento de produtos e serviços entre uma companhia e outra.

Esse tipo é muito mais complicado para ser analisado por um investidor que não esteja diretamente relacionado ao negócio, uma vez que pode envolver preços e qualidade de produtos de difícil avaliação.

Assim, a solução para esse tipo de conflito potencial é muito mais complexa. Um excelente exemplo de como solucionar esse conflito é o caso da Net Serviços.

Como uma operadora de TV a cabo, um dos principais diferenciais da Net é a sua programação. No entanto, a Net não produz sua própria programação, mas compra-a, pelo menos parte significativa, da Globosat, uma companhia do grupo Globo, como a Net. Com certeza, sendo essa sinergia uma importante vantagem competitiva, a Net não poderia abrir mão dessa programação diferenciada, mas como poderia assegurar aos seus investidores que o preço pago por essa programação era um preço justo?

A solução para a Net foi radical. A compra de programação passou a ser obrigatoriamente aprovada pelos outros acionistas, com abstenção da Globopar.

Essa é a solução básica para esse

tipo de conflito, ou seja, os conselheiros que possuem um conflito de interesse abstêm-se de votar. No caso da Net, basta ser aprovado por outros acionistas não ligados à Globo e em outras companhias pode ser o caso de exigir a aprovação apenas de conselheiros independentes.

As mesmas regras se aplicam para negócios com partes relacionadas da própria diretoria. Uma combinação de transparência das informações e a abstenção das partes com potenciais conflitos do processo decisório são a solução para grande parte desses conflitos.

Encerro desejando a todos um feliz natal e que aproveitem esse dia em companhia de suas “partes relacionadas”.

** Consultor, especial para Gazeta Mercantil
E-mail: mverissimo@gazetamercantil.com.br*

Agenda do Investidor – 20/12

Vigor	-	-	22/12
-------	---	---	-------

Fonte: www.divulgacaoexemplar.com.br